



HAL
open science

Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação

Mariana Ramos Crivelente, Caio Vargas Jatene, Nair Yumiko Kobashi

► To cite this version:

Mariana Ramos Crivelente, Caio Vargas Jatene, Nair Yumiko Kobashi. Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information. Actes du 4colloque MUSSI, GERiiCO, Jun 2018, Villeneuve d Ascq, France. pp.151-162. hal-03783086

HAL Id: hal-03783086

<https://hal.science/hal-03783086>

Submitted on 11 Oct 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial - NoDerivatives 4.0 International License

Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação

Sites de mémoire et des droits humains d'Amérique latine : archives, bibliothèques, musées et centres de documentation

Memory and human rights sites in Latin America: archives, libraries, museums and documentation centers

Mariana Ramos Crivelente – Caio Vargas Jatene – Nair Yumiko Kobashi

Universidade de São Paulo

{mariana.crivelente, caio.jatene}@usp.br, nairkobashi@gmail.com

Resumo

Análise da emergência de lugares da memória política pós-ditaduras militares, na América Latina. Identificam-se os lugares de memória e a metodologia de construção de um canal organizado de difusão dessas memórias. Tais iniciativas partiram dos que sobreviveram à violência desses regimes. A difusão da memória política é fundamental para construir consciência histórica, revelar a verdade, educar para a democracia e tornar possível a justiça.

Palavras-chave: Instituição de memória política, instituição de resistência, regime ditatorial, centro de documentação, América Latina.

Résumé

Analyse de l'émergence de lieux de mémoire politique post dictatures militaires en Amérique latine. Les lieux de mémoire sont identifiés ainsi que la méthode de construction d'un canal organisé de diffusion de cette mémoire. Ces initiatives ont été menées par ceux qui ont survécu aux violences de ces régimes. La diffusion de la mémoire politique est fondamentale pour construire la conscience historique, révéler la vérité, éduquer à la démocratie et rendre la justice possible.

Mots-clés : institution de mémoire politique, institution de résistance, régime dictatorial, centre de documentation, Amérique latine.

Abstract

Analysis of the emergence of places of political memory after military dictatorships in Latin America. The places of memory are identified and the methodology of construction of an organized channel of diffusion of these memories is presented. These initiatives started from those who survived the violence of these regimes. The diffusion of political memory is fundamental for building historical awareness, revealing the truth, educating for democracy and making justice possible.

Keywords: institution of political memory, resistance institution, dictatorial regime, documentation center, Latin America.

Para citar este artigo:

Crivelente, Mariana Ramos, Jatene, Caio Vargas, Kobashi, Nair Yumiko (2018). « Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação ». In Chaudiron S., Tardy C., Jacquemin B. (Eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4^e colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documentária. Anais do 4^o colóquio científico internacional da Rede MUSSI*, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 151–162.

1 Introdução

A história da América Latina, na segunda metade do século XX, foi marcada por violências perpetradas por ditaduras civis-militares. Esses regimes foram instalados por meio de golpes de Estado arquitetados pela associação das Forças Armadas e elites nacionais, apoiados por setores das classes médias, com a finalidade de assegurar a manutenção do *status quo*, garantir a estabilidade do pacto de dominação e implementar, por meio da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (Fernandes, 2010).

Os regimes autoritários latino-americanos perseguiram os opositores por meio de sistemas de inteligência e censura, dissolução das instituições representativas do Estado de direito, militarização da vida política e social, campanhas de auto-legitimação e uso indiscriminado de violência. A tônica do período foi a violação sistemática dos direitos humanos com a institucionalização do terrorismo de Estado. Os governos militares foram responsáveis por torturas, detenções, perseguições, violência sexual, genocídio de comunidades tradicionais, corrupção generalizada da máquina pública, criação de campos de concentração e de extermínio, exílio de cerca de 6,5 milhões de pessoas, intenso retrocesso educacional, além de serem responsáveis por milhares de mortes e desaparecimentos forçados (Coggiola, 2001).

A pesquisa permanente sobre esse período é importante, de um lado, para trazer à luz as práticas adotadas nos regimes militares; de outro, para revelar as lutas por democracia por amplos setores da sociedade. Extensas denúncias foram feitas durante a vigência das ditaduras militares e após a sua derrubada. No entanto, ainda hoje surgem novos fatos que elucidam o papel dos militares na repressão política. Notícia recente, datada de 10/05/2018, sob o título *Geisel autorizou execuções de presos políticos, diz documento da CIA*, revela o teor de um memorando, de autoria de William Colby, diretor da CIA. Nele consta que o então presidente do Brasil, Ernesto Geisel (1974-1979), decidiu manter a política de assassinatos de opositores do regime militar praticado por órgãos de segurança durante a presidência de Emilio Garratazu Medici (1969-1974). As execuções deveriam ocorrer em casos excepcionais, com autorização do Palácio do Planalto, mediante consulta ao diretor do SNI, general João Baptista Figueiredo. O referido documento, de número 99, datado de 11 de abril de 1974, foi descoberto pelo pesquisador Matias Spektor, professor de Relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas. O memorando, elaborado durante o mandato de Nixon, é descrito como “decisão do presidente brasileiro Ernesto Geisel de continuar a execução sumária de perigosos subversivos sobre certas condições” (Godoy, 2018). Após essa decisão de Geisel, a imprensa revela que 89 opositores ao regime foram mortos ou desapareceram.

É a perspectiva de memorialização e difusão de informações sobre os governos militares da América Latina que caracteriza o presente trabalho. O objetivo do projeto foi pesquisar o passado recente desses países, ampliar e aprofundar conhecimentos sobre o período por meio do diálogo entre pesquisa, sistematização de dados e construção de um canal de difusão de informações, com foco específico nas instituições de memória. No decorrer da pesquisa identificamos e mapeamos um conjunto de bibliotecas, museus, arquivos, sites e blogs dedicados ao tema da memória política na região latino-americana.

Consideramos, ainda, que no contexto atual, as informações coletadas e analisadas podem ter maior alcance se divulgadas na internet. Nessa perspectiva, foi criado um site com arquitetura hipertextual não linear e distribuída, de fácil acessibilidade.

2 Referencial teórico

A América Latina vem passando, após a queda dos regimes militares, nas décadas de 1980 e 1990, por um longo período de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Nesse contexto, deve-se destacar o papel da Justiça de transição, que pode ser definida como um efetivo

esforço para a construção da paz sustentável, depois de períodos de conflito ou de violações sistemáticas dos direitos humanos. No cerne da Justiça de transição encontra-se a perspectiva de revelar a verdade, conceder reparação às vítimas, julgar os agentes do Estado perpetradores de crimes e reformar as instituições responsáveis pelos abusos (Sousa Junior e Sousa, 2015). Como observa Félix Reátegui (2011), o desafio das sociedades que emergem do autoritarismo não é somente conquistar a transição democrática em si, mas também, além de tomar medidas efetivas de justiça e reparação das vítimas, reconhecer os fatos do passado.

A Justiça de transição foi construída com base em experiência internacional iniciada após a II Guerra Mundial, com os julgamentos de Nuremberg. Foi consolidada com a aprovação de convenções internacionais para denunciar e julgar graves violações como os genocídios, os crimes de guerra e de lesa-humanidade. Atualmente, em alguns países da América Latina, a Justiça de transição se manifesta por meio das instituições do Estado democrático de direito, com a instauração de Comissões da Verdade, implementação de programas de reparação às vítimas, criação de órgãos de busca e identificação de pessoas desaparecidas. Ocorre, igualmente, com a mobilização de setores da sociedade em torno de projetos de construção da memória, da recordação e da reafirmação da própria dignidade. Desenvolve-se, portanto, por meio de políticas, normas e práticas para se confrontar com o passado violento (Reátegui, 2011).

No entanto, a justiça transicional, na América Latina foi concebida de modo incompleto, com eficácia reduzida, uma vez que nenhum país latino-americano teve uma Assembléia Constituinte livre de coerções (Linz e Stepan, 1999). Isso faz com que, em muitos casos, se reconheça implicitamente a igualdade moral e política entre torturadores e torturados, como o faz a Lei de Anistia brasileira (Lei no 6683/1979), exemplo clássico dessa distorção.

Os golpes de Estado que desencadearam tais regimes constituíram-se com base em uma convergência de fatores externos e internos. Muito embora seja imprescindível considerar as especificidades históricas de cada país, no que concerne aos regimes ditatoriais latino-americanos no período acima mencionado, é possível identificar alguns pontos em comum. De um modo geral, após o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, o cenário político no continente alterou-se consideravelmente. Os rumos tomados por Cuba converteram a luta armada em importante fator desestabilizador da hegemonia estadunidense na região e em empecilho aos interesses econômicos das empresas norte-americanas (Bandeira, 1998). O surgimento de um Estado alegadamente socialista nas Américas, em plena Guerra Fria, fez com que a atuação dos EUA junto aos países latino-americanos se orientasse e se intensificasse, segundo Rouquié (1984), sob a forma de uma guerra ideológica contrarrevolucionária ou anti-comunista.

Além da influência estrangeira, dentro do cenário mundial polarizado da época, somaram-se as características latino-americanas de dependência colonial, de constituição e ascensão dos poderes militares, de formação social verticalizada, escravista e clientelista, de violência estrutural recorrente e de atuação das elites internas sempre atrelada aos interesses econômicos externos (Rouquié, 1984). Essas ditaduras podem, assim, ser denominadas como civis-militares, pois, de acordo com René Dreifuss (1981), os poderes militares não agiam independentemente das elites orgânicas locais. Os civis, oriundos das elites políticas, econômicas e intelectuais, os chamados “tecnocratas”, tiveram participação em todas as esferas do poder, inclusive em sua construção ideológica, tendo sido também diretamente beneficiados economicamente por esses regimes. Como enfatiza a historiografia atual, os golpes civis-militares transmutaram-se em regimes militares (Napolitano, 2011).

A realidade latino-americana mostra que, ainda hoje, muitas informações sobre o período de exceção continuam inacessíveis. De um lado, por estarem deliberadamente ocultadas e, de outro, por estarem dispersas em espaços e localidades diversas, o que denota a tendência para deixar no esquecimento fatos reveladores das violações de direitos humanos dos regimes autoritários (Thiesen, 2011).

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2006), para se produzir uma memória livre e combater o esquecimento, é necessário dar uma nova configuração aos direitos humanos tornando-os apli-

cáveis às realidades dos países que passaram por experiências traumáticas de repressão e violência institucionalizadas. O direito à informação, como um direito humano fundamental, é pré-condição para se quebrar o círculo vicioso que coloca vítimas e algozes no mesmo patamar.

Nas palavras de Icléia Thiesen (2011, 221): “as tensões entre memória e História movimentam um circuito informacional característico das lutas sociais pela verdade”. É nesse contexto, de luta por um conhecimento crítico e emancipatório, que emergem as iniciativas de criação de sítios de memória política, os quais preservam e disseminam documentos importantes para a pesquisa científica ou para o conhecimento público, com a finalidade de “exorcizar o esquecimento, promover o reconhecimento e a reparação social dos indivíduos, grupos e coletividade” (Thiesen, 2011, 218). Nessas iniciativas, altamente relevantes para se fazer cumprir uma das dimensões fundamentais da Justiça de transição, a de fornecer a verdade e construir a memória (Teitel, 2000), também se buscam direitos, pertencimento e reconhecimento (Thiesen, 2011).

Identificar as instituições de memória criadas pós regimes ditatoriais latino-americanos é tarefa complexa. Com efeito, foram identificados canais de informação criados por iniciativa dos próprios governos do período ditatorial. Esses canais utilizam-se de dois mecanismos para garantir legitimidade: os dividendos políticos da realização de projetos de nações desenvolvimentistas e a construção semântica de um discurso de medo, qualificando como “terroristas” os membros da resistência armada e “colaboradores do terror” e de “comunistas” os opositores em geral.

Dessa forma, na presente pesquisa, foi analisada a história dos golpes civis-militares latino-americanos para avaliar criticamente as informações online encontradas e selecionar os canais pertinentes aos objetivos da presente pesquisa.

No decorrer do processo de investigação foi possível identificar alguns pontos coincidentes entre os regimes de natureza civil-militar originados por golpes de Estado. São comuns, por exemplo, o caráter reacionário e conservador dos regimes, a ação intensa dos serviços ditos de inteligência, a repressão e perseguição aos opositores políticos, a dissolução das instituições representativas do Estado de direito, a militarização do Estado e a participação das burguesias nacionais nesses processos. O poder se centralizava na cúpula das Forças armadas mas não excluíram, em nenhum momento, a participação das elites nas decisões políticas locais, em especial no que se refere às questões da política econômica.

Por outro lado, foi importante, para os objetivos desta pesquisa, estabelecer um recorte temporal, situado na segunda metade do século XX, compreendido entre o advento da Revolução Cubana em 1959 e a década de 1990, período em que se constituíram e entraram em declínio os regimes civis-militares aqui estudados. Nas décadas de 1980 e 1990, diversos países latino-americanos iniciaram um árduo processo de transição do autoritarismo militar para os regimes democráticos, uma transição em curso até os dias atuais e ainda longe de se concretizar. É neste contexto histórico específico que emergem os sítios de memória política.

Outra dificuldade encontrada diz respeito aos documentos que continuam de acesso restrito, denominados documentos sensíveis. No Brasil, por exemplo, embora tenham ocorrido ações para reparar as vítimas e familiares, reformar as instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos e criar leis e instituições, tal como previsto no conceito de Justiça de transição, há entraves. De fato, a própria Lei de Acesso à Informação (LAI) brasileira (12.527/2011) restringe o acesso a muitos documentos. Em nome da proteção a dados pessoais, em um de seus parágrafos, a LAI é interpretada de forma a negar o acesso a informações públicas que deveriam, por princípio, estar disponíveis para toda a sociedade. A ausência de um processo de “desmonte” do Poder Judiciário pós-ditadura, consequência de um da transição organizado pelos próprios regimes cerceadores, levou a maioria dos países latino-americanos a não acertar as contas com seu passado. Como bem observado por Sousa Junior e Sousa (2015):

“A justiça transicional admite, sim, reconciliação, mas implica necessariamente não só processar os perpetradores dos crimes, revelar a verdade sobre os delitos, conceder re-

parações, materiais e simbólicas às vítimas, mas também igualmente reforçar e ressignificar as instituições responsáveis pelos abusos e, assim, educar para a democracia, para a cidadania e para os direitos humanos” (Sousa Junior e Sousa, 2015, 30).

O acesso aos documentos e testemunhos produzidos durante e após os regimes militares é fundamental para a apropriação de seu passado pela sociedade latino-americana. A busca da verdade é essencial no processo de democratização. Portanto, a memória dos dominados, que se opuseram à versão forjada pelas classes dominantes, é crucial para se reconstituir a história e promover a consciência histórica.

3 Metodologia

Ortega Y Gasset em sua obra seminal “Missão do bibliotecário”, publicada em 1934, (Ortega Y Gasset, 2006) afirma que as bibliotecas têm a responsabilidade de tratar os documentos, bem como buscar leitores. Nesse sentido, no contexto contemporâneo, é importante ocupar os espaços da rede digital para cumprir a missão proposta por Ortega e Gasset. Uma biblioteca digital, no caso desta pesquisa, caracteriza-se como um dispositivo informacional constituído de documentos eletrônicos, localizado no ciberespaço. Pode ser caracterizado como uma espécie de representação virtual dos documentos socialmente produzidos, colocados à disposição para compartilhamento. A criação de websites, como aqui proposto, requer um trabalho rigoroso de organização de dados, estável, fundamentado em ferramentas adequadas de tratamento para facilitar o acesso.

Os passos metodológicos seguidos na presente pesquisa, no que diz respeito à identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência, no contexto latino-americano foram:

1. Pesquisa bibliográfica para caracterização dos regimes militares da América Latina;
2. Identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina;
3. Planejamento e execução de website para divulgação do material coletado.

4 Caracterização dos regimes militares e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina

Concentramos este estudo no período em houve a criação da maioria das instituições de memória política, a saber, de 1960 em diante, quando da derrocada das ditaduras de caráter contra-revolucionário. Desta forma, um primeiro passo foi elaborado pela reconstrução do contexto histórico de cada país para, em seguida, identificar os sítios de memória.

As informações coletadas foram organizadas em fichas de identificação constituídas pelos seguintes itens: nome do país; contexto histórico; nome e endereço eletrônico dos sítios de memória identificados, como exemplificado a seguir.

Argentina
Contexto Histórico
<p>A Argentina historicamente caracterizava-se por ser mais um país latino-americano comandado por uma elite oligárquica e conservadora, embora até 1976 apresentasse os melhores índices de desenvolvimento social de todo o continente latino. O governo, no entanto, não dava espaço aos setores populares, tendo sido gerados constantes conflitos. No período de 1930 a 1976 a Argentina sofreu sete golpes militares. Os golpes tinham a intenção de conter os movimentos sociais que se espalhavam por todo o país exigindo participação popular na esfera política e foram arquitetados e patrocinados pela elite oligárquica argentina.</p> <p>Em 24 de março de 1976 as Forças Armadas deram um golpe que derrubou Maria Estela Matinez de Perón. O regime ditatorial, que se autodenominou Processo de Reorganização Nacional, era formado por uma junta militar que nomeou como presidente Jorge Rafael Videla, comandante do Exército argentino. A ditadura, que contava com o apoio do governo norte-americano, criou 364 campos de detenção onde os opositores do regime eram torturados, assassinados e desapareciam.</p> <p>No plano econômico, o país era comandado pela elite oligárquica encabeçada por José Alfredo Martínez de Hoz, então ministro da economia. As práticas estabelecidas diziam respeito à abertura econômica, regressão na distribuição de renda, terceirização e primarização da estrutura produtiva e endividamento externo.</p> <p>A crise econômica e a pressão internacional aumentaram no final da década de 70 exigindo o fim do regime; no entanto, os militares se mantiveram no poder até 1983, para o que contribuíram o Mundial de Futebol de 1978 e a Guerra das Malvinas. O último representante do Regime foi Reynaldo Bignone que anunciou as eleições presidenciais, estabeleceu uma lei de auto-anistia a fim de proteger os militares responsáveis pelas violências e ordenou a destruição dos registros documentais do Regime.</p> <p>Em 10 de dezembro de 1983, começou o governo democraticamente eleito de Raúl Ricardo Alfonsín. (JINKINGS, 2006)</p>
Sítios de memória argentinos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA) (http://www.espaciomemoria.ar/) 2. Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba (http://www.apm.gov.ar/) 3. Memoria Abierta (http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/) 4. Centro Cultural por la Memoria de Trelew (https://www.facebook.com/CCxMTw/) 5. Museo de la Memoria de Rosario (http://www.museodelamemoria.gov.ar/) 6. Comisión de Homenaje a las Víctimas de los CCD El Vesubio y Proto-Banco 7. Parque de la Memoria (www.parquedelamemoria.org.ar/)

Figura 1. Exemplo de ficha de identificação de país latino-americano e respectivos sites de memória – Argentina.

Chile
Contexto Histórico
<p>As intervenções militares no Chile tiveram início em 1924 quando o país passava por forte crise econômica em razão da substituição de sua principal matéria prima exportadora, o salitre, por um produto sintético alemão. Esse período de contínuas intervenções militares teve como principal protagonista o coronel Carlos Ibáñez e foi finalizado apenas em 1932, com a eleição de Arturo Alessandri, presidente conservador.</p> <p>Em 1936 a esquerda chilena formou a “Frente Popular”, impulsionada pelo Partido Comunista do Chile (PCC). Concomitantemente surgia o Partido Socialista Chileno, que unido ao primeiro e aos partidos de centro, elegeram três presidentes de 1938 até 1947. Esse pacto centro- esquerda gerou como principal fruto a modernização do país. Após esse período, e durante a Guerra Fria, os norte-americanos pressionaram pela saída do poder dos partidos de esquerda chilenos; a partir desse momento, o Chile é governado majoritariamente por partidos conservadores.</p> <p>No ano de 1970, após um período de organização da democracia social, Salvador Allende vence as eleições presidenciais. Allende pratica uma política de nacionalização e aproxima o Estado do povo. Desgostosos com as ações praticadas por Salvador Allende, a burguesia e os militares se unem, e, em 1973, o Chile sofre um Golpe Militar.</p> <p>Entre os anos de 1973 e 1975 ocorre intenso terrorismo de Estado e o restabelecimento do antigo modelo conservador. De 1975 a 1990 foi instaurado um sistema neoliberal que gerou intensa desigual social e concentração de renda e de propriedade.</p> <p>A ditadura militar chilena utilizou as mais diversas práticas de terror, provocando milhares de mortes, desaparecimentos forçados e exílio. Além disso, sacramentou uma política neoliberal caracterizada pela exportação de matérias-primas e importação de bens e serviços. Essas práticas foram fruto de alianças oligárquicas organizadas pelo general das Forças Armadas Augusto Pinochet e seus aliados. Após o fim do regime, e semelhante ao Brasil, os militares chilenos definiram o período de transição política. (JINKINGS, 2006)</p>
Sítios de memória argentinos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Comisión Chilena de Derechos Humanos con el sitio de memoria “Ex Clínica Clandestina Santa Lucía”. (http://www.memoriaviva.com/Centros/00Metropolitana/clinica_santa_lucia.htm) 2. Corporación 3 y 4 Álamos Un Parque por la Paz y La Memoria con el sitio de memoria “3 y 4 Álamos” (http://www.3y4alamos.cl/) 3. Fundación Mil Trecientos Sesenta y Siete con el sitio de memoria “Ex Cuartel Ollagüe de la DINA” (http://josedomingocanas.org/historia/centros-de-detencion/) 4. Corporación Paine “Un lugar para la memoria” a cargo del sitio de memoria “Memorial Paine”. (www.memorialdepaine.org)

Figura 2. Exemplo de ficha de identificação de país latino-americano e respectivos sites de memória – Chile.

5 Planejamento e execução de website para difusão das informações coletadas

Buscar informações em meio eletrônico é, atualmente, parte do cotidiano de grande contingente de pessoas, em todo o planeta, tendo em vista o volume crescente de produção de informação bem como seu fluxo e circulação. O desenvolvimento da informática possibilitou aos computadores armazenar, recuperar e intercambiar informações em grande escala, aspecto que viabilizou a implementação dos resultados desta pesquisa na Internet.

A disponibilização de informação em formato digital requer a adoção de ferramentas adequadas de controle e acesso, além de novas linguagens de codificação de valores dos atributos de documentos. Neste contexto, são importantes os metadados - um tipo de formato utilizado para descrever o conteúdo, a estrutura, a representação e o contexto de um conjunto específico de dados.

Ao iniciar a construção de um site é fundamental definir o seu tipo. No presente estudo foi desenvolvido um site temático. A construção do layout foi direcionada para atender a um público-alvo amplo (pesquisadores, estudantes, cidadãos). Apresenta, portanto, características simples e acessíveis, que permite navegar com facilidade no conjunto de dados.

Após o delimitamento do objetivo do site, fez-se um esboço do projeto, ou seja, um *wireframe*. O *wireframe* é o esqueleto que prevê as posições, campos e funcionalidades do site. Neste caso, foi utilizado o Mockflow, ferramenta para desenhar protótipos. Optou-se pela construção do site em estrutura hierárquica já que dessa forma é possível ter uma visão geral do conteúdo e compreender os vínculos com as páginas subordinadas.

Um layout é construído para transmitir mensagens. A compreensão mínima da percepção e psicologia no design gráfico da web é também fundamental para criar um site equilibrado, harmonioso e simétrico. De acordo com Marshall e Meachem (2010) é preciso estar atento às seguintes regras de composição:

1. Layouts simétricos são mais tradicionais, porém transmitem a sensação de estabilidade. Um layout simétrico é aquele que ao traçar uma linha de cima a baixo no centro de uma página, o lado direito da linha espelha o lado esquerdo;
2. Layouts harmoniosos apresentam ordem e equilíbrio, quantidade uniforme de textos e imagens. São aspectos formais importantes que facilitam a consulta e navegação.

A cor é também importante na comunicação de mensagens. A escolha adequada de cores é eficaz para atrair a atenção para as informações de um site, oferecer sensação de harmonia (Marshall and Meachem, 2010). Dados os objetivos do site, consideramos adequado utilizar palheta em tons de preto, branco e cinza, a fim de criar um espaço sóbrio. Dessa forma optou-se por imagens em preto e branco na Página Inicial, escritas no mesmo tom, fazendo uso do contraste.

Expomos, a seguir, os procedimentos metodológicos referentes às etapas de criação do website:

1. Definição dos objetivos do site e público-alvo;
2. Definição da estrutura de navegação e Wireframe;
3. Definição da estrutura de metadados;
4. Sistematização e organização dos dados dos Sítios de Memória Política;
5. Definição do conteúdo a ser apresentado em cada página;
6. Definição da composição do site: layout e cor;
7. Programação em HTML;
8. Migração e hospedagem do website na Universidade de São Paulo.

Para a construção do site adotamos a linguagem HTML - uma linguagem franca utilizada na maioria das páginas web, orientada para a estruturação e apresentação visual de documentos. Esses atributos permitem dar acesso às informações de modo simples, sob qualquer arquitetura computacional. Foi adotado o recurso de demarcar e estruturar as informações de forma hierárquica, com

cada documento marcado por tags iniciais e finais <HTML> e </HTML>, com cabeçalhos delimitados pelas tags: <HEAD> e </HEAD> e corpo identificado pelas tags: <BODY> e </BODY>. A codificação adotada permite a interligação com outras páginas e a inserção de arquivos contendo imagens, som ou texto no corpo do documento a ser exibido.

A Tag NAME usada para especificar os metadados utilizados na descrição do conteúdo inclui propriedades ou elementos de descrição: <meta name = " " >. Já a Tag “Generator” fornece identificação do nome e da versão do programa. A Tag “author” identifica a responsabilidade intelectual pelo conteúdo: <meta name = "author" content = "Mariana Ramos Crivelente">. A Tag “description” descreve o conteúdo, útil ao motor de busca. Pode ser palavra, frase ou parágrafo breve sobre o documento: <meta name = "description" content = "Memória">, assim como as Tags “keywords”, “copyright” e “language”.

Para a elaboração do *website* e estruturação dos documentos foi utilizado o software multiplataforma de edição de texto, o Sublime text. O conteúdo dos documentos foi codificado em linguagem HTML e salvo em .html.

6 Resultados

No *site* criado¹ encontram-se mapeados 56 sítios de memória na América Latina, referentes a 16 países, apresentado no quadro a seguir.

Países	Sítios de memória
Argentina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA) 2. Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba 3. Memoria Abierta 4. Centro Cultural por la Memoria de Trelew 5. Museo de la Memoria de Rosario 6. Comisión de Homenaje a las Víctimas de los CCD El Vesubio y Proto-Banco 7. Parque de la Memoria
Bolívia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Asociación de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Mártires por la Liberación Nacional de Bolívia, ASOFAMD 2. Desaparecidos: 60/80 3. Red de Artistas por la Memoria Histórica
Brasil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquivo Edgard Leuenroth 2. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro 3. Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT) 4. Cedem (Centro de Documentação e Memória da UNESP) 5. CEDIC – PUC (Centro de Documentação e Informação Científica) 6. Núcleo Memória 7. Arquivo Público do Estado de São Paulo 8. Fórum Permanente dos Ex Presos Políticos do Estado de São Paulo 9. Instituto Vladimir Herzog 10. Memorial da Resistência de São Paulo
Chile	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comisión Chilena de Derechos Humanos con el sitio de memoria “Ex Clínica Clandestina Santa Lucía”. 2. Corporación 3 y 4 Álamos Un Parque por la Paz y La Memoria con el sitio de memoria “3 y 4 Álamos” 3. Fundación Mil Treientos Sesenta y Siete con el sitio de memoria “Ex Cuartel Ollagüe de la DINA” 4. Corporación Paine “Un lugar para la memoria” a cargo del sitio de memoria “Memorial Paine”.
El Salvador	<ol style="list-style-type: none"> 1. Museo de la Palabra y la Imagem 2. Comité Nacional de El Salvador Memoria del Mundo 3. Red de Memoria Historica de El Salvador 4. Biblioteca Nacional “Francisco Gavidia”
Equador	<ol style="list-style-type: none"> 1. Archivo Nacional Ecuador

¹<http://paineira.usp.br/memoriaeresistencia/>.

2. Biblioteca da Assembleia Nacional Ecuador	
Guatemala	<ol style="list-style-type: none"> 1. Archivo Histórico de la Policía Nacional (AHPN) 2. Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social 3. Memoria Virtual Guatemala 4. Memorial para la Concordia
Honduras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Hemeroteca Nacional de Honduras “Ramón Rosa” (http://hemerotecanacionalhn.blogspot.com.br/)
Nicarágua	<ol style="list-style-type: none"> 1. Museo Etnográfico de Monimbó 2. Museo de Tradiciones y Leyendas 3. Museo de Héroes y Mártires no Ayuntamiento de Masaya
Panamá	<ol style="list-style-type: none"> 1. Archivo Nacional 2. Biblioteca Digital Panameña
Paraguai	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación – Defensoría del Pueblo
Peru	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimiento Ciudadano Para Que No Se Repita 2. Espacios de Memoria em el Perú 3. Asociación Proyecto Amigo 4. Paz y Esperanza 5. Asociación Caminos de la Memoria - El Ojo Que Lloro 6. Lugar de la Memoria de la Región Junín
República Dominicana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Museo Memorial de la Resistencia Dominicana 2. Héroes del 30 de Mayo de 1961 3. Historia Dominicana en Gráficas
Uruguai	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centro Cultural y Museo de la Memoria – MUME 2. Museo de la memoria 3. Asociación de Amigas y Amigos del Museo de la Memoria 4. Mães e Familiares de Presos Desaparecidos e da associação de ex-presos políticos do Uruguai (Crysol) 5. Fundación Zelmar Michelini

Tabela 1. *Sítios de memória política de países da América Latina.*
Fonte: elaborado pelos autores.

Deve-se observar que, durante a pesquisa, foram encontrados poucos sítios de memória nos seguintes países: Paraguai e Honduras. Pode-se atribuir a ausência de instituições de memória política pós-ditaduras militares, nesses países, à fragilidade do regime democrático que neles persiste.

Com relação aos países da América Latina que não integram a lista acima referida é importante salientar que nem todas as nações latino-americanas sofreram ditaduras civis- militares, nos parâmetros conceituais e temporais estabelecidos inicialmente para a realização desta pesquisa, motivo pelo qual 06 (seis) países não foram abordados, são eles: Colômbia, Costa Rica, Cuba, Haiti, México, Venezuela. Os casos de Cuba e Venezuela, por exemplo, muito embora incitem questionamentos por parte do público em geral, não fazem parte do rol, na medida em que não apresentam as mesmas características comuns descritas inicialmente. Os governos que se instauraram em Cuba, na segunda metade do século XX e, no caso venezuelano, no início do século XXI, não são originários de golpes de Estado perpetrados pelas altas cúpulas das Forças Armadas com participação das burguesias nacionais, bem como não apresentam os demais aspectos mencionados anteriormente, como a dissolução das instituições do Estado de direito.

As informações coletadas e sistematizadas foram armazenadas em um site, cujo layout é apresentado a seguir:

7 Considerações finais

O acesso aos documentos e testemunhos produzidos durante e após os regimes militares é fundamental para a apropriação do passado e a ele conferir significado. O acesso aos documentos

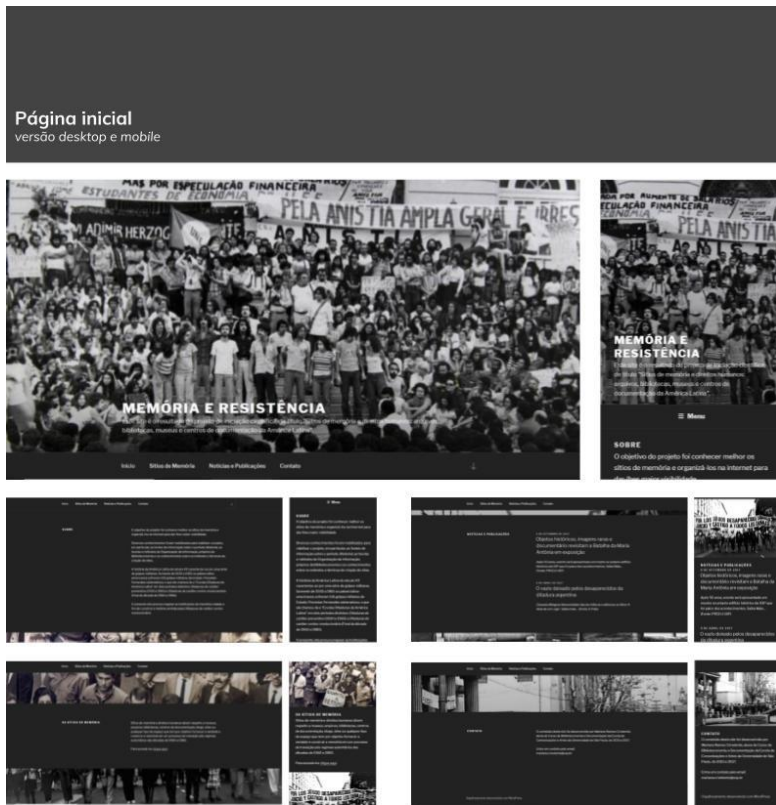


Figura 3. Página inicial do site responsivo para diversos formatos de tela. Versão desktop e mobile.

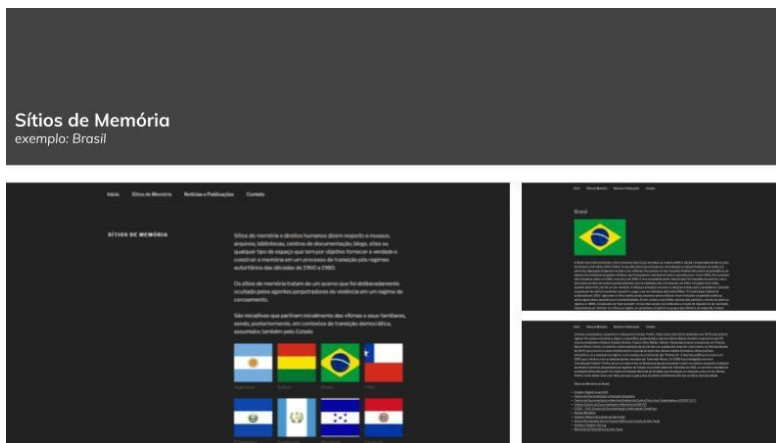


Figura 4. Página dos sítios de memória a esquerda página com os países e à direita o exemplo da página do Brasil.

produzidos permite buscar a verdade, aspecto essencial do processo de democratização. Portanto, a memória e testemunho das pessoas que se opuseram aos regimes militares é fundamental para se reconstituir a história, promover a consciência histórica, reconhecendo que há sempre tensão entre história e memória. É esta perspectiva que deu origem ao presente projeto, que resultou na organização das informações sobre a história recente dos países da América Latina e os sites de memória política construídos no período pós-ditaduras militares.

Identificar e selecionar as instituições de memória foi uma tarefa complexa dada a sua dispersão. Por outro lado, os sites de memória política ganham dimensão e sentido dentro de contextos. É importante, portanto, pontuar que eles foram criados pós-regimes ditatoriais como forma de expor as graves violências institucionalizadas nos regimes civis-militares. Foi a violência contra os direitos humanos perpetrados por esses regimes que motivaram a criação dos referidos sítios de memória política.

Para contextualizar os dados é apresentada uma versão sintética da história política de cada país latino-americano, no cenário mundial e regional à época. Cada país tem uma história política específica, no entanto, foi possível encontrar pontos comuns: os regimes de natureza civil-militar originados por golpes de Estado institucionalizaram a violência contra os opositores reforçando os órgãos de informação, reprimiram e perseguiram os cidadãos, dissolveram as instituições representativas do Estado de direito, militarizaram o Estado e tiveram a participação ativa das burguesias nacionais nesses processos. O poder foi centralizado na cúpula das Forças armadas, mas não excluíram em nenhum momento a participação das elites na concepção e execução das políticas em todos os setores da economia.

Nas décadas de 1980 e 1990, os países latino-americanos iniciaram um processo político árduo de transição dos regimes militares para a democracia, de resto, um processo em curso, com documentos importantes que permanecem deliberadamente ocultos. A Lei de Acesso à Informação brasileira (12.527/2011), por exemplo, restringe o acesso a muitos documentos, em nome da proteção a dados pessoais. Tal situação é consequência de processos de transição organizados pelos próprios regimes que cerceiam o acerto de contas com o passado.

O projeto está tendo continuidade com o objetivo de identificar outras instituições de memória e aprofundar a reflexão sobre os regimes ditatoriais, na crença de que essas reflexões e informações são importantes no processo de construção da democracia.

Referências

- Bandeira M. (1998). *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Coggiola O. (2001). *Governos Militares na América Latina*, São Paulo, Contexto.
- Dreifuss R. A. (1981). *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes.
- Godoy M. (2018). « Geisel autorizou execuções de presos políticos, diz documento da CIA ». In *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 maio. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,geisel-autorizou-execucoes-de-presos-politicos-diz-documento-da-cia,70002303725> (Acesso em: 11 julho 2018).
- Fernandes F. (2010). *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, São Paulo, Hucitec.
- Linz J. J., Stepan A. (1999). *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, São Paulo, Paz e Terra.
- Marshall L., Meachem L. (2010). *Como usar imagens*, São Paulo, Edições Rosari.
- Napolitano M. (2011). « O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica ». In *História y problemas del siglo XX*, vol. 2, p. 209-217.
- Ortega Y Gasset J. (2006). *Missão do bibliotecário*, Brasília, Briquet de Lemos.

Reátegui C. F. (2011). *Justiça de transição: manual para a América Latina*, Brasília; New York, Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; ICTJ.

Rouquié A. (1984). *O Estado militar na América Latina*, São Paulo, Alfa-Omega.

Santos B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova política*, São Paulo, Cortez.

Sousa Junior J. G., Sousa N. H. B. (2015). «Justiça de Transição: Direito à memória e à verdade». In Sousa Junior J. G., Silva Filho J. C. M., Paixão C., Rampin T. T. D. (dir.), *Introdução Crítica à Justiça de Transição na América Latina*, Brasília, Universidade de Brasília.

Teitel R. (2000). *Transitional justice*, Oxford, Oxford University Press.

Thiesen I. (2011). «Inteligência informacional: dialogando com a informação, a memória e a história». In Thiesen I. (dir.), *Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história*, Rio de Janeiro, 7Letras, p. 216-233.